

A VIDA ECONÔMICA E SOCIAL NA ALTA IDADE MÉDIA
ITALIANA E A CONSTITUIÇÃO DO GÊNERO
REPRESENTATIVO DOS CICLOS DOS MESES NOS REINOS
LONGOBARDOS E FRANCOS

*Giulia Crippa**
giuliac@fflcrp.usp.br

RESUMO: Através de uma reconstituição da paisagem da Alta Idade Média e da intervenção humana em sua colonização, este artigo procura entender as formas e as funções da produção relativa às representações sazonais, tanto em suas expressões literárias como em suas metamorfoses iconográficas. O estudo enfoca, principalmente, as áreas da Itália longobarda e bizantina, através de um levantamento dos inventários monásticos. Em um segundo momento, procura-se ampliar a abrangência do fenômeno para outras áreas européias. Percebe-se uma relação estreita entre a progressão de uma economia ligada principalmente ao bosque para um desenvolvimento das áreas de cultivo como elemento fundamental para individualizar a configuração dos elementos constitutivos das representações calendariais.

PALAVRAS-CHAVE: Calendários, economia alto medieval, iconografia medieval.

INTRODUÇÃO

Após o século IV, o Ocidente mudou a fisionomia de sua paisagem física e, até o século VIII, resulta relativamente difícil encontrar documentos e testemunhas materiais que tornem clara a imagem das condições de vida. Paulo Diácono, historiador dos longobardos, legou, por escrito, parte das tradições e das lendas de seu povo, mas ele escreveu já no século VIII, com a perspectiva do convertido ao catolicismo, enquanto seus antepassados, durante a invasão da península italiana, ao longo do século VI, eram arianos. Os primeiros séculos de assentamento longobardo na Itália foram politicamente muito instáveis, e o estado contínuo de guerra não favoreceu uma sedimentação cultural definida. A partir do século VII, graças à estabilidade política maior dentro dos

* Professora de História Social da Universidade de São Paulo/Campus de Ribeirão Preto.

próprios reinos longobardos e à conversão ao catolicismo, assiste-se a uma retomada geral do interesse para uma difusão dos estudos no âmbito dos mosteiros, em franca aceleração devido ao interesse dos carolíngios. Esse investimento cultural abrange todos os territórios do novo império unificado por Carlos Magno, irradiando-se da *Schola Palatina*, reorganizada por vontade imperial, sob o controle do monge Alcuino, encarregado pelo próprio imperador de realizar a tarefa de unificação cultural.

Através das fontes disponíveis podemos procurar redesenhar a paisagem dominante do Ocidente e da Itália, reconstituindo assim o cenário que define as condições de vida dos homens. Entre os séculos V e VIII parece desaparecer a tradição de representar a divisão do ano em meses, com alusões às atividades oficiais, que muita importância teve em âmbito romano, presente até a antiguidade tardia em sua melhor síntese com a representação do calendário no *Cronógrafo* de Filocalus. Essa tradição aflora novamente no século VIII, em um primeiro momento como expressão literária recalcada na literatura antiga, dando vida, aos poucos, a uma iconografia especificamente medieval em suas formas e conteúdos. Torna-se, assim, importante interrogar as razões desse “desaparecimento” para, em seguida, examinar os motivos literários e os modelos iconográficos que levaram à constituição dessas representações.

A ITÁLIA LONGOBARDA

A paisagem europeia entre os séculos V e VIII já foi amplamente retratada como desolada e selvagem, com sua população dizimada pelas guerras, pelas pestilências e pelas carestias (FUMAGALLI, 1988, p. 9-15).

Costuma-se, em relação ao território da península italiana, colocar um começo à história desses séculos com a irrupção, através dos Alpes orientais, dos longobardos, em 568 d.C. A península encontra-se, a partir desse momento, dividida em duas áreas que se diferenciam não somente pela situação política, mas também sociocultural: uma parte bizantina, que se intitula herdeira das tradições imperiais, onde se conservam as estruturas antigas, ainda que decadentes, e a outra, longobarda, onde se configura uma organização territorial nova, paralelamente à estrutura romana já presente (MONTANARI, 1988, p. 24).

As fontes jurídicas, consuetudinárias, hagiográficas e arqueológicas fornecem um panorama sobre os vários sistemas sociais e sobre a vida cotidiana em uma época anterior à dominação franca. Até a chegada dos

longobardos à Itália, o trabalho do campo era confiado principalmente aos servos, mantidos em condição de escravidão. O latifúndio cobria a maior parte das terras férteis, em detrimento da produtividade (ALFOLDI, 1987, p. 276). Não nos é dado conhecer a extensão efetiva do território não cultivado, mas, por certo, sabe-se que o estado contínuo de guerra impedia a realização de um trabalho eficaz, levando ao empobrecimento das populações.

Nessa fase existia, ainda, a figura do *miles confinario*, ao qual eram confiados lotes de terras nas áreas fronteiriças. Ao longo dos últimos dois séculos de controle imperial romano, as fronteiras foram deslocadas desde as áreas do Danúbio para o interior da própria península italiana, sob a pressão contínua exercida pelas populações bárbaras orientais. Essa forma de ligação com a terra, instituída por Alexandre Severo, foi mantida pelos bizantinos (LEICHT, 1959, p.23). Pode-se, portanto, constatar, a partir do século IV, um recuo dos cultivos em função das guerras e das calamidades. Isso comportou um deslocamento dos recursos humanos rumo a uma economia não mais ligada ao cultivo do campo, insegura pelo perigo constante, mas silvopastoral, enquanto os mosteiros se tornaram os lugares privilegiados de estruturação das comunidades rurais e centros de produção, pois mantinham recursos suficientes para criar estruturas e relações mais complexas (FERRONI, 1991, p. 24-25). O ministro teodericiano Cassiodoro, no século V, forneceu as regras de convivência e de trabalho do mosteiro de Vivara, na Calábria, em relação ao mundo dos povoados em volta: ensinar os bons modos ao povo, não agravá-lo com excessos de trabalho, torná-lo partícipe das festividades religiosas (GUARRACINO, 1984, p. 55-56). A regra de Cassiodoro, que pertencia ainda à antiga nobreza senatorial romana, parece espelhar a herança mais conspícua da Antiguidade para a Idade Média: o amor pelo trabalho manual, legado por Hesíodo, Virgílio e pelos autores didáticos romanos, trabalho que ainda não é considerado como punição do homem.

Os longobardos, população de origem germânica já conhecida pelos romanos, lutaram como *foederati* para o Império, recebendo em troca a concessão de Justiniano para se assentarem na área da Panônia. Eles conheciam, portanto, a organização militar imperial, elemento esse que facilitou a conquista da península, bem como o fato de encontrarem a resistência enfraquecida pelo conflito godo-bizantino e pelas pestilências e carestias contínuas. A situação de empobrecimento progressivo fora provocada também pela péssima administração imperial (MONTANARI, 1988, p. 26).

Os longobardos, mesmo com a conquista facilitada, tiveram de enfrentar uma economia devastada e, nessa situação de vazio institucional, encontraram um espaço favorável para implementar seu próprio sistema socioeconômico.

Em um primeiro momento, a Igreja, nos territórios longobardos, enfrentou uma grave crise, pois os novos dominadores professavam uma das mais disseminadas heresias do tempo, o arianismo. Todavia, os longobardos souberam aproveitar os contrastes e tensões entre os bispos e o papa, fornecendo apoio aos primeiros e estabelecendo assim as bases para uma aliança. Convertidos ao catolicismo em um segundo momento, eles mesmos tornaram-se grandes fundadores de igrejas e mosteiros.

Enquanto a organização dos territórios bizantinos na Idade Média encontra seu núcleo de base nos *fundi* de origem imperial, especialmente em relação aos limites e à disposição dos terrenos, e nas chamadas *massae* (ANDREOLLI, 1989, p. 67), que constituem, com os *fundi*, um reticulado ainda hoje visível nos mapeamentos aéreos do território, os longobardos instituíram um sistema bastante diferente, chamado *curtensis*. A *curtis*, ou seja, a fazenda em sua totalidade, era dividida na *pars dominicia*, gerenciada e controlada diretamente pelo proprietário, e na *pars massaricia*, confiada aos cuidados dos colonos, tanto livres como servos.¹ A maior parte das terras, todavia, é dominada por uma paisagem inculta: bosques e pradarias, em ampla medida de propriedade ducal ou régia, exploradas como pastos e para as atividades de caça e pesca.² São essas as áreas destinadas a se tornarem, em poucos séculos, o centro de conflitos de interesses; já no século VIII, e com ritmo cada vez mais rápido, o desenvolvimento da colonização reduz a extensão desse espaço inculto. A caça, atividade comum a todas as camadas sociais durante os séculos da Alta Idade Média, torna-se, aos poucos, privilégio da nobreza, que reclama para si bosques e descampados, em conflito com as próprias necessidades de subsistência dos colonos (FUMAGALLI, 1992, p. 10).

Essa situação se torna claramente visível comparando duas áreas diferentes em sua organização territorial: na Itália, onde a nobreza rural encontra restrições e resistência aos seus poderes, voltando-se desde cedo para o mundo urbano e modificando seu estilo de vida, o bosque e os espaços incultos em geral desaparecem com maior rapidez. Na França, por outro lado, a nobreza rural, firmemente assentada em seus domínios, preserva e, em alguns casos, até reforça seu peso político em relação às cidades (FUMAGALLI, 1992, p. 61-64). Torna-se, assim, a maior defensora do espaço inculto como reserva. Essa situação demarca uma diferença

profunda entre a Itália ou, pelo menos, sua parte centro-setentrional, e a generalidade de outras áreas européias, onde as raízes urbanas são menos profundas e tendem a desaparecer muito mais entre a Antiguidade e a Idade Média.

No território da península, em todo caso, a diferença mais notável se encontra entre as áreas bizantinas – dotadas de uma continuidade maior com as estruturas da Antiguidade – e os domínios longobardos, em que a paisagem urbana regride e se transforma de maneira mais profunda, ainda que a cidade permaneça como centro de poder ou como núcleo orientado para readquiri-lo, como logo acontecerá na constituição das comunas (FUMAGALLI, 1992, p. 78-80). A continuidade do fenômeno urbano é testemunhada pela presença de uma economia sustentada pelos artesãos, entre os quais se encontram ourives, sapateiros, ferreiros e mercadores, mesmo nos séculos marcados pelas guerras e carestias. A cidade preserva uma função e recomeça a controlar os territórios circunvizinhos já desde o segundo século da dominação longobarda, tratando-se, com frequência, de sede de bispado, fato que a torna institucionalmente competitiva com os outros centros de poder distribuídos no território, em particular com as abadias e as cortes (BARUZZI, 1978, p. 436-437).

Também os moradores da cidade se dedicam, principalmente, ao cultivo e à criação de animais, definindo assim uma paisagem fortemente rural também nas áreas urbanas. Paralelamente à existência de um artesanato urbano encontram-se com certa frequência centros de produção de artefatos em metal como forma de artesanato rural, não destinado ao mercado, mas para o uso interno das propriedades fundiárias. Define-se, assim, uma produção artesanal urbana “de ofício” e uma camponesa “de uso”.

A importância de detectar a produção de utensílios em metal na Alta Idade Média se dá pela própria escassez da matéria-prima. De fato, essa época já foi definida como “Idade da madeira” (BARUZZI, 1978, p. 428), pois a maioria dos utensílios agrícolas utilizados era desprovida de metal, utilizado somente em poucas partes essenciais dos instrumentos de trabalho. Ainda no século VIII, como se verifica pela leitura dos inventários redigidos pelos mosteiros, que arrolam os objetos de posse da comunidade (CASTAGNETTI et al., 1979, p. 104), em geral são listados somente os instrumentos dotados de partes metálicas, representando assim objetos aos quais se atribui valor. Verifica-se a importância dessas ferramentas em metal, por exemplo, em um contrato estipulado entre o

mosteiro de Santa Maria em Órgão e os irmãos Lusivertus e Luvenpertus, em que se atesta a presença de bens móveis que os irmãos possuem no começo do contrato e dos quais manterão a posse com o vencimento. Citam-se oito enxadas, uma lâmina de arado e três foices.

Geralmente, em metal eram somente as partes cortantes dos instrumentos, como a ponta do arado ou a borda das enxadas. Instrumentos como pás, forcados, enxadões e enxadas, às vezes até o próprio arado, eram inteiramente em madeira, tornando o trabalho muito mais complicado e bem menos produtivo.

BIZANTINOS E LONGOBARDOS

Nos territórios bizantinos, a cidade parece manter uma continuidade bem maior do que nas áreas de dominação longobarda. Aqui também, entre os séculos V e VIII, as profissões e os ofícios dentro do mundo urbano se reduzem enormemente. Porém, alguns documentos testemunham a presença constante de colégios profissionais ao longo dos séculos, em uma continuidade evidente com a organização antiga (FAINELLI, 1940, p. 285-287).

Já desde o século III da era cristã os artesãos se reuniam em corporações, testemunhadas em sua existência, nos territórios controlados por Bisâncio, no livro do prefeito de Constantino, ainda nos séculos IX e X, em que são relatadas suas organizações e funções. Às corporações cabem as preocupações da formação dos aprendizes, da defesa dos interesses dos associados, das instituições beneficentes e da interdição dos sócios que atuavam com uma concorrência desleal (FUMAGALLI, 1992, p. 4-5). A maior diferença entre as corporações bizantinas e aquelas antigas consiste no valor público que adquire o pacto estipulado entre os associados.

O território longobardo passou por mudanças profundas também no âmbito da organização social. Os antigos latifúndios foram subdivididos entre os conquistadores, mas os romanos mantiveram sua liberdade e sua ordem jurídica, que continuou funcionando de maneira paralela ao direito consuetudinário dos recém-chegados. Os romanos mais abastados foram encarregados, em um primeiro momento, da manutenção e abastecimento do exército, do qual, porém, eram excluídos. Com o reino de Autari (584-590), as grandes propriedades foram desmembradas, mas os pequenos e médios proprietários sobreviveram, constituindo, junto ao clero, o núcleo sociocultural de população romana.

Os longobardos e romanos promoveram a fundação de mosteiros destinados a se tornarem ricos e poderosos, como Bóbio, Farfa, Nonântola entre outros. Tais abadias contribuíram de maneira determinante, a partir do século VII, para impulsionar a colonização do território.

A população longobarda era dividida entre livres e servos e, com o Edito de Rótari, em 643, é conferido um estatuto aos *Aldii*, servos libertos que mantêm, com seu antigo patrão, obrigações estipuladas no ato da alforria. Os *Arimanni*, por sua vez, eram todos os homens livres escalados para o exercício militar.

A CHEGADA DOS FRANCOS E SUA REORGANIZAÇÃO

Em 774, após um longo assédio, Pavia, a capital dos longobardos, capitulou para Carlos Magno, que no mesmo ano se proclamou rei dos longobardos. A conquista de boa parte da Itália se realizou pelas mãos de uma das mais poderosas populações bárbaras da Europa, os francos, cujos domínios, apesar de muito extensos, eram ocupados pelos variados povos que já haviam dominado. Estes tinham-se fixado entre os rios Loire e Reno. O reino franco tinha um núcleo central forte, enquanto as áreas periféricas eram muito mais fracas e constantemente ameaçadas pelas pressões externas. Após a queda de Desidério, o último rei longobardo, a situação política da península italiana tornou-se muito confusa: as regiões setentrionais passaram à dominação franca, assim como os territórios da Igreja. O ducado de Spoleto resistiu ainda um tempo, mas no final cedeu à pressão franca. Todo o sul da península, excluindo a extremidade oriental da bota, ainda bizantina, pertencia ao ducado de Benevento, cuja dinastia, elevada ao patamar de principado, almejava à unificação política das terras meridionais. Carlos Magno limitou-se a aceitar o reconhecimento formal de sua supremacia sobre o território. Veneza, Ravenna e algumas cidades ao longo do litoral oriental permaneceram em mãos bizantinas.

Desde meados do século VIII as estruturas econômicas, sociais e políticas longobardas foram progressivamente sendo assimiladas, em muitos aspectos, pelas influências romanas e francas, expandindo, por exemplo, a grande propriedade em detrimento da pequena e da média (LEICHT, 1959, p. 33).

Como já afirmamos, as cidades italianas, em que pese uma decadência difusa em todos os espaços europeus, apresentam uma resistência estrutural e, principalmente, cultural ao desaparecimento, bem

maior que nas outras regiões européias. Todavia, a vida emoldurava-se, ali também, no mundo rural. A população camponesa se revela complexa em relação às definições jurídicas, que designam desde a condição de livre até a de servo. A situação jurídica não coincidia necessariamente com as condições efetivas de vida (LEICHT, 1959, p. 4). De maneira diferente da sociedade longobarda, os carolíngios embasavam sua sociedade mais pesadamente na serventia. O servo era juridicamente associado a um bem imóvel, que podia ser vendido junto com a propriedade, e seu *status*, em geral, não mudava do nascimento até a morte (BARBERIS, 1997, p. 131-154). A maioria dos escravos era utilizada no cultivo dos campos, sem, porém, se beneficiar de maneira consistente dos produtos obtidos. Ao lado dos servos domésticos, não dotados de um lote, havia os servos *casati*, encarregados do cultivo de um *mansus*, concedido através várias formas de contrato (FUMAGALLI, 1976, p. 74-77). Socialmente superiores aos escravos, porém não necessariamente em condições econômicas melhores, situavam-se os colonos livres. Do século IV ao VI encontramos inúmeras prescrições imperiais que testemunham o alto número de colonos que tentavam fugir. Isso leva a supor que fossem submetidos a duras vexações e a péssimas condições de vida. Durante o reino de Teoderico, a condição do colono foi até associada à de servo, revelando a labilidade da fronteira entre as duas situações. O *status* jurídico de livres de muitos colonos, na época carolíngia, por outro lado, confere a obrigação de prestar o serviço militar e o direito de recorrer ao tribunal. Ainda, o senhor podia requerer do colono a prestação somente de serviços estabelecidos pelo direito consuetudinário, mesmo que, efetivamente, exigisse muito mais (MONTANARI, 1988, p. 11-12).

As categorias de colonos livres e de servos podem ser assimiladas por vários fatores: as obrigações pelo direito consuetudinário, os direitos de usufruto das propriedades comuns e a convivência estreita sobre as mesmas propriedades (MGH, *Leges*, VI, p. 196). Determinava-se, assim, o pertencimento a uma comunidade rural. Tal forma de agregação tornou-se necessária para a sobrevivência em um ambiente dominado pela floresta.

Os espaços incultos, as áreas de bosque, são o aspecto principal do ambiente alto medieval. Para o homem daquele tempo, o espaço inculto não possui conotações necessariamente negativas, pois é dele que retira boa parte de seu sustento e de seus animais (LA ROCCA, 1988, p. 71-122; BARBERIS, 1997, p. 119-129; RINALDI, 1988, p. 251-262).

Na floresta o homem recolhe a madeira para o aquecimento, especialmente entre as plantas de madeira doce, desaconselhada para a construção. Para a alimentação animal também se recorre ao bosque, especialmente para a criação dos porcos, alimentados com os frutos das faias e dos freixos. É no bosque, também, que se encontra a melhor madeira para a construção, o carvalho. A madeira dos castanheiros, resistente, também servia, e a mesma árvore fornecia as castanhas que, em muitas áreas, constituía a base alimentícia humana.

O camponês alto medieval ocupa-se de maneira parcial do cultivo das terras, pois ele é, também, caçador, pescador e criador (FOSSIER, 2002, p. 161-207). A comunidade rural representa uma espécie de ilha no meio de amplas áreas incultas. Nesse espaço, defendido por cercas, as terras são cultivadas. Porém, sobre ele predomina o ambiente externo, freqüentemente propriedade do senhor, área que, em grande parte, no decorrer do tempo, será tirada do bosque e colonizada, além de amplas extensões de florestas, cujas margens são aos poucos queimadas, exploradas por poucas colheitas e, em seguida, abandonadas novamente ao bosque.

A figura do camponês na Alta Idade Média é, então, dúplice: ao lado das obrigações de colonização para com o senhor, por contrato ou hábito, colocava-se a exploração do espaço inculto. Somente a partir do século IX a colonização do território adquiriu tratos mais decididos e, com o tempo, a relação com o ambiente mudou: o bosque, a floresta, cada vez mais limitados em sua extensão, tornaram-se um bem valioso, cuja exploração foi aos poucos se tornando, em geral, um privilégio para poucos.

TÉCNICA, CULTIVO, ANIMAIS

Como já vimos, a Alta Idade Média foi chamada “Idade da Madeira”. Todavia, mesmo com ferramentas pouco eficazes, em larga medida feitas nesse material, a colonização avançava. O arado constituía-se somente de relha e asas simétricas. Cada camponês podia construí-lo sozinho, mas sua utilização era muito limitada, pois quebrava de maneira superficial o terreno, alcançando alguma eficácia somente onde os torrões eram friáveis. A invenção do arado assimétrico, talvez entre os séculos IX e X, teve grande importância na chamada “revolução agrária”. Era dotado de uma relha mais desenvolvida de um lado, exercendo uma ação de corte horizontal. Completava-o um eixo oblíquo com maior ação de arroteamento do terreno (RÖSENER, 1989, p. 136-154).

Como o espaço inculto era um dos eixos da vida humana, muitos dos instrumentos se relacionam com o trabalho no bosque: têm-se, assim, machados e cutelos, lâminas para tirar a casca das árvores e goivas (BARUZZI, 1978, p. 351-426). De um inventário do século VIII da corte de Migliarina, próximo de Carpi, no vale do Pó, delineia-se um verdadeiro conjunto para lenhador, em que são listados machados, cutelos, machadinhas, serras e lixas (CASTAGNETTI, 1979, p. 201-204).

Sabemos quais eram os cultivos e sua importância na economia cotidiana. O setor dos cereais era fundamental, e o trigo era o produto mais valioso, sem ser, todavia, o mais presente na Alta Idade Média. Mais utilizados eram o centeio, a aveia e a cevada. Dois capitulares, emitidos em Frankfurt em 794 e em 806, fornecem informações sobre os preços dos cereais e de seus derivados, especialmente do pão (DHONDT, 1990, p. 111-112). Além dos cereais, cultivavam-se legumes, em particular favas e ervilhas. A farinha dos legumes descascados era utilizada com frequência na composição do próprio pão (FLANDRIN e MONTANARI, 1998, p. 287-288). Desconhecidos eram o trevo e a erva médica para a alimentação bovina.

Apesar de se observar, aparentemente, uma certa variedade nos produtos, a miséria e a carestia eram um problema endêmico, principalmente em função do rendimento escasso do solo. Nos anos de más colheitas os rendimentos chegavam a 40% para o trigo e a 38% para a cevada (DHONDT, 1990, p. 113). Entre os cultivos, devem ser citados a couve-flor e o nabo. O *Capitulare de Villis* (p. 83-91) relaciona também a cenoura. Há também o porro, o rabanete e o alho. Uma ordenança do concílio de Aix estabelece, para os canônicos, o uso da cebola somente nos dias de festa. Há uma série de hortaliças que desaparecem da dieta medieval, mesmo sendo conhecidas na Antiguidade, como a alcachofra, os aspargos e o melão. Nas hortas encontravam-se também plantas têxteis, como o cânhamo e o linho, além das essências utilizadas para as tinturas. O cultivo da oliveira era difundido por toda a área do Mediterrâneo, porém o azeite era raro e precioso. Na Alta Idade Média, para a alimentação, privilegiava-se a gordura de origem animal, como a banha e o toucinho de porco, enquanto o azeite era utilizado para a iluminação. Na sua falta, utilizava-se o óleo extraído das nozes. Grande importância tinham as plantas medicinais. Um projeto de construção do mosteiro de Saint Gall mostra como uma parte do terreno era reservada para tais essências. Uma boa indicação sobre essas variedades é fornecida por um poema didático composto na primeira metade do século IX por Valafrido

Estrabão, abade de Reichenau, o *Liber de Cultura Hortorum*, que trata das plantas medicinais que ele cultivava em sua horta.

Sempre graças às notícias do *Capitulare*, conhecemos as frutas cultivadas, entre as quais a maçã, a pêra, a ameixa, a sorva, o marmelo e a amora. A parreira foi cultivada extensivamente também em áreas mais setentrionais do que é hoje, tanto por razões climáticas como, principalmente, religiosas.

A criação de animais era essencial, tanto para a alimentação quanto para a ajuda dada ao trabalho, especialmente os bovinos, que forneciam não só a melhor força de trabalho alternativa aos braços humanos, mas também o leite, do qual se obtinha um dos alimentos básicos da Idade Média, o queijo. Somente as cabeças mais velhas ou deformadas eram abatidas para obtenção da carne.

Diferente era o destino dos porcos, que ocupam o lugar mais importante do setor da criação; sua carne era a mais utilizada, e esses animais requeriam poucos cuidados, pois viviam nos bosques, onde encontravam alimentação e cruzavam com porcos do mato (ORTALLI, 1997, p. 30-40; GRAND, 1950, p. 410-446). Ovinos e cavalos ocupam um lugar secundário na economia alto medieval, mesmo que os primeiros forneçam lã e leite, enquanto os segundos são utilizados principalmente como meio de transporte e somente mais tarde como animais de trabalhos.

Uma atividade importante era a pesca, especialmente de água doce, nas áreas afastadas do litoral. Lagoas, rios e pântanos eram disponíveis para qualquer um que precisasse. Além disso, a maioria das propriedades era dotada de um lago artificial de pesca, cujos proventos eram destinados somente ao senhor. A caça passou a ser cada vez mais uma atividade reservada aos nobres, que, já a partir do século IX, procuravam defender as florestas – reservas de caça – da crescente colonização. Ursos, javalis e cervos as povoavam, bem como pássaros e a outros espécimes de pequeno porte para a caça (VILLANI, 1988, p. 73-82).

Uma nota particular é representada pelo lobo; esse animal tornou-se, no decorrer do tempo, cada vez mais uma ameaça. Já durante o império carolíngio, Carlos Magno instituiu prêmios para quem matasse o maior número de lobos, mas a situação nem sempre fora assim. Aparentemente, com as invasões bárbaras do final do império, também uma variedade de lobo asiático penetrou na Europa, em busca de um *habitat* menos hostil. Há testemunhas, nas fontes, de como, durante os séculos alto medievais, havia uma forma de respeito recíproco entre homens e lobos, quase um equilíbrio que a própria presença do espaço inculto aparentava favorecer.

Com a colonização das florestas, esses animais tornaram-se cada vez mais uma ameaça para as pessoas e os animais.

O MOSTEIRO: CENTRO ECONÔMICO E CULTURAL

No âmbito da organização rural as estruturas eclesiásticas tiveram grande peso. Já desde a época longobarda, a formação de paróquias e mosteiros constituía um núcleo específico em relação aos centros senhoriais e às sedes urbanas (FUMAGALLI, 1988, p. 9-10). O ressurgir do monasticismo na Europa e o nascimento de novos centros econômicos e culturais originaram-se nas migrações continentais dos monges oriundos da Irlanda.

É nessa área que a cultura clássica fora preservada e reproduzida desde o século VI. Por volta do século VII a cultura insular originou algumas escolas nos territórios anglo-saxônicos e, no século VIII, foi novamente espalhada no continente, graças ao trabalho dos próprios monges, fundadores de novos mosteiros, centros capazes de se sustentar economicamente, em razão de um excedente produtivo que permitiu o sustento dos que se dedicavam ao trabalho intelectual. Muitos dos maiores centros monásticos surgiram, por vontade de monges itinerantes, em lugares ermos, que, em geral, eram escolhidos graças à intervenção milagrosa, tornando-se, portanto, sagrados. Tais lugares eram, freqüentemente, ruínas de antigas cidades, o que permitia a reutilização dos materiais presentes (FUMAGALLI, 1988, p. 11-15).

Foram, assim, colocadas as bases da expansão daqueles lugares destinados a se tornarem centros de riqueza e poder, além de prestígio. Alguns exemplos são os mosteiros de Corbie e de Fulda, reservados à nobreza e aos senhores.

Também na península italiana ocorre esse fenômeno. Em 720, o mosteiro de Montecassino teve uma nova época de esplendor, e as abadias fundadas naquela época unificaram-se sob a Regra Beneditina. As abadias passaram logo a controlar amplas fatias de território, às vezes em oposição aos próprios interesses dos bispos, autoridades urbanas às quais o mosteiro era, em teoria, submetido, mas de que tendia a escapar, geralmente com sucesso, revelando a decadência institucional das cidades. A abadia é um microcosmo à parte; em seus domínios estabelece-se uma organização autônoma, em que o trabalho é confiado aos camponeses locatários e o espaço inculto é colocado à disposição de todos, em troca de um censo. Através de ricas doações, os patrimônios territoriais das

abadias se tornaram muito extensos, e em locais aonde não chegavam doações impunham-se injunções jurídicas. Um dos casos mais conhecidos é o da comunidade de Flexum, cujos moradores opuseram-se à expansão da abadia de São Silvestre de Nonantola; os monges, de fato, pretendiam impedir o direito adquirido de pesca e pastagem. O tribunal acolheu os pedidos do cenóbio, que obteve o controle efetivo da área (TIRABOSCHI, 1824-25, p. 289-290).

As abadias eram centros de colonização e de artesanato, dotadas de oficinas internas para satisfazer a necessidade de instrumentos e utensílios. Um documento que atesta isso é, por exemplo, a *Breve Memoracionis* de Wala de Bobbio, relativa aos anos 833-835, em que, no esquema de planejamento dos recursos, são citadas as oficinas para a fabricação de artefatos (*Codice Diplomatico del monastero di San Colombano di Bobbio* I, n. XXXVI).

No começo do século XI, os documentos do mosteiro de Santa Júlia de Brescia revelam que as fazendas nas colinas, de propriedade do mosteiro, realizavam pagamentos aos monges em ferros ou utensílios (CASTAGNETTI et al., 1979, p. 41-94).

É exatamente a partir do século VIII que, finalmente, dentro do panorama delineado até aqui, encontramos novas produções no campo das representações dos meses e dos calendários, tanto em sua forma literária como iconográfica.

PARTICULARIDADES DA REPRESENTAÇÃO DOS MESES NA ALTA IDADE MÉDIA

O ano, para o homem medieval, começava no Natal, mas as datas mais importantes eram relacionadas aos trabalhos do campo, por sua vez ligados às celebrações religiosas. No mês de março semeavam-se algumas variedades chamadas de “cereais de março”. As diferenças climáticas, obviamente, incidiam sobre as variedades nas várias regiões. Por exemplo, na Itália, a poda das parreiras era realizada já em fevereiro, enquanto nos países transalpinos realizava-se um mês depois. A primavera coincidia com a volta aos pastos ao ar livre.

Em junho, na Itália, ou em julho/agosto, na França, realizava-se a colheita do feno e a tosquia das ovelhas. Setembro ou outubro eram os meses da colheita da uva. Na mesma época era tempo da sementeira e de grande abundância de frutos, nos bosques, para os suínos.

Uma das questões freqüentemente subestimadas no estudo dos ciclos dos meses medievais reside no fato de eles serem, ao mesmo tempo,

uma produção cultural eclesiástica, oficial, e a expressão do calendário popular dos camponeses. Essa expressão ultrapassava o dualismo de uma visão ideológica e sagrada do tempo – que reconhecia as festividades e se fundamentava em cálculos astronômicos e matemáticos – e de uma noção popular do decorrer do ano, durante o qual os eventos podiam ser previstos através da repetição da experiência. A cultura camponesa é de natureza “serial”, que se coloca na base do trabalho sazonal dos campos, cíclico, repetido meta-historicamente, especializado de forma definida para cada mês e sempre igual em si mesmo.³ Através da repetição representativa, que adquire diferenças somente formais, abre-se a possibilidade de criar uma tipologia dos meses baseada exatamente nesse trabalho cíclico ao longo do ano, tanto na literatura como na iconografia. Na base desse módulo de representação, bastante conservador e, ao mesmo tempo, inovador, podemos exemplificar com os doze versos atribuídos a Beda, o Venerável, que listam, laconica e impessoalmente, as tarefas a serem realizadas:

Januarus: poto
 Februarius: ligna cremo
 Martius: de vite superflua demo
 Aprilis: do gramen grato
 Majus: mihi servit flos
 Junus: mihi pratum
 Julius: foenum declino
 Augustus: segetes tero
 September: vina propino
 October: semen humo jacto
 November: mihi pasco sues
 December: mihi macto.

(*Patrologia Latina*, v. XC, col. 949-952)

As implicações com a tradição clássica transparecem constantemente nas produções de versos sobre o ciclo dos meses dessa época. Não se pode esquecer de que, no primeiro momento de seu aparecimento, elas eram destinadas aos únicos interlocutores capazes de decifrá-las, ou seja, aqueles que possuíam uma cultura erudita suficiente. Assim, produtores e público coincidiam na figura dos monges. É provavelmente essa a razão pela qual a produção literária ultrapassa a de caráter figurativo, ao contrário do que acontecerá a partir dos séculos X e XI. A iconografia é, nessa fase, uma simples moldura para os textos.

A explicação para tal encontra-se nas condições de produção das quais tão amplamente tratamos: o cultivo da terra e a colonização agrária ainda não eram a única ou a principal ocupação dos camponeses. Somente a partir do século IX é que os camponeses adquirem esse papel mais definido e, com isso, faz-se necessário elaborar uma representação do trabalho do campo, que seja ao mesmo tempo didática e enaltecadora. Mas, até então, não havia essa necessidade.

Os monges, por outro lado, detinham a cultura e empreendiam a colonização de formas mais conspícuas que a nobreza. Desses dois fatores decorre o desenvolvimento de uma expressão intelectual da figuração dos meses, em que a representação do trabalho ganha, cada vez mais, um destaque maior, mas em que persistem, ainda longamente, as reminiscências clássicas.

Wandalberto de Prüm foi, no começo do século IX, um dos artífices dessa produção intelectual. Escreveu alguns versos, bastante elaborados, sobre o assunto dos meses, intitulados *De Mensium Duodecim Nominibus Signis Culturis Aerisque Qualitatibus*, nos quais se explicam os nomes, o signo zodiacal, os fatores meteorológicos e as tarefas de cada mês (*Poetae Latini Aevi Carolin*, MGH, t. II, col. 606-616). Os versos não se voltam para a elaboração de personificações dos meses, e há inúmeras referências de inspiração clássica. É o caso do mês de abril, dotado de “laetos crines”, ou de março, com sua “garrula hirundo”, já presente nos *Tetrasticha Authentica*, os versos que ilustram o *Cronógrafo*, de Filocalus, de 354 d.C., um dos mais conhecidos calendários da Antiguidade, referência textual e iconográfica para a Idade Média. Outra passagem retirada dos *Tetrasticha* encontra-se no mês de junho, em que se lê “jam falx maturas Cereres designat aristas”; analogamente, no mês de agosto, os versos recitam “ac Cererem flavam maturas stringere aristas cogunt”. Wandalberto encontra uma forma de conjugar seus conhecimentos da tradição com a face mais medieval das referências aos trabalhos dos meses, que não estão presentes no *Cronógrafo*.

Outros dois poemas, ambos do século IX, chamados *Carmina Salisburgensia* (*Poetae Latini Aevi Carolin*, MGH, t. II, col. 644-646), se baseiam no mesmo tema. O primeiro se constitui por dois dísticos, relativos a cada mês: um sobre a origem do nome, e o outro sobre os trabalhos que competem aos camponeses. Nesse sentido, o poema não “personifica” os meses, na atribuição das tarefas. Pelo contrário, o uso de partículas espaço-temporais, como “quo”, “quando”, “hic” e outras, delinea mais uma prescrição peremptória.

A segunda série de versos oscila mais entre referências clássicas e uma impositação medieval. Aqui, a escolha é de uma verdadeira personificação dos meses, e os versos possuem uma estreita correlação com as ilustrações de dois manuscritos iluminados, provenientes da escola de Salisburgo, que contém o *De Rerum Natura* de Beda; um é datado 818, o outro é anterior a 830. As cenas ilustradas são as mesmas. A correspondência texto-imagem é muito grande, no caso de março, que “educit serpentes”. Os únicos casos em que texto e ilustração se afastam são fevereiro, provavelmente pela errada interpretação do verso “ova fovet quorum portat aves manibus”, e dezembro, ilustrado com a matança do porco, que parece se referir mais à primeira série de versos, “tunc quoque de silva porci mactantur obesi”, do que à segunda, em que se fala de “glande sues reduci pastos pastore Decimber”.

Não obstante a farta produção de manuscritos iluminados nessa época, bem poucas são as ilustrações dos meses que chegaram até nós. Essas já revelam um certo grau de desenvolvimento das tarefas do campo, mas seria anacrônico procurar uma ampla produção delas, pois paralelamente não se encontra o desenvolvimento econômico e social correspondente necessário para fornecer a própria base para esse gênero de representação. O que acontece é o encontro, em ciclos híbridos, entre Antiguidade e Idade Média. Nos manuscritos iluminados citados podemos observar, por exemplo, que o mês de julho mostra um homem que, apesar de carregar uma foice nas costas, não está ativamente envolvido no trabalho: esse elemento estático se observa na tradição dos calendários antigos. Um martirologio, do vale do Reno, atribuído a Wandelberto, apresenta miniaturas para cada mês (*Roma, Bibl. Vat. Ms. Reg. Lat. 438*). Nesse caso, também, percebe-se a oscilação entre os moldes antigos e medievais. As cenas de cada mês estão emolduradas, ecoando a organização do *Cronógrafo*, assim como a impositação passiva das figuras. Todavia, há algumas exceções nas imagens que se animam no trabalho que exercem, restituindo, dessa maneira, um espírito medieval à composição, a tendência à personificação do mês. A presença dessa tentativa de ultrapassar a aplicação de fórmulas clássicas, que solenizam as imagens, é testemunhada pelo uso de alguns expedientes, também retirados do *Cronógrafo*, para fornecer vivacidade, como as figuras menores que acompanham o tema principal.

Os meses de junho e de julho permitem comparar a distância maior ou menor da tradição iconográfica antiga. Em junho, uma figura, nua, carrega na mão o signo zodiacal de Gêmeos. A tentativa do artista é de

confiar a esse símbolo a representação do solstício de verão, papel que, no *Cronógrafo*, era da meridiana, enquanto a tocha, carregada no alto pela figura, representava o calor; também na miniatura medieval, se bem que estilizada e grosseira, encontramos uma tocha na mão direita do sujeito. O mês de julho é uma figura empenhada em ceifar, “rompendo”, com o gesto, os limites da moldura. Se a primeira imagem é recalcada no *Cronógrafo*, a segunda adquire a vivacidade das representações plenamente medievais do trabalho no campo.

Agosto é mais controlado, mesmo cortando algumas espigas com uma pequena foice. Para entender plenamente o porte dessa mudança de significado, é suficiente comparar essa cena com a já citada para o mês de junho do *Cronógrafo*, em que aparece uma pequena foice, mas somente como atributo de importância secundária, que alude às operações no campo. No *Cronógrafo*, a figura humana possui uma importância ideal em si mesma; na miniatura medieval, a figura humana não tem valor em si, mas subordina-se à atividade que está desenvolvendo, assim como sua roupa faz parte do trabalho cotidiano e não é um elemento decorativo.

Um manuscrito de Aratos, na biblioteca de Leyden (*Leyden, Bibl. Un. Cod. Voss, 79*), é um exemplo perfeito do resgate, por parte da renascença carolíngia, da cultura antiga: representa as constelações, um planetário organizado ao longo dos céus do Paraíso, e os signos zodiacais, entre os quais estão alguns medalhões. Neles são reproduzidas, nos mínimos detalhes, as ilustrações do *Cronógrafo* de 354.

Como vimos por essa rápida revisão dos elementos iconográficos dos calendários medievais, os manuscritos iluminados de época carolíngia revelam como, já no começo do século IX, as cenas ativas de caráter ocupacional, tipologia das representações dos meses no calendário medieval, se encontram em um estágio de desenvolvimento que revela as preocupações com a representação dos papéis sociais do camponês, inserido em um contexto de maior colonização, como no caso dos manuscritos de Salisburgo. Subsiste, todavia, uma economia em que a exemplificação do trabalho rural não se concretiza, ainda, nas estruturas da colonização do espaço inculto. Verifica-se, assim, uma certa dificuldade, na elaboração de novos esquemas de representação, que leva, com frequência, à reprodução do modelo antigo, como no caso do martirologio de Wandalberto ou do código de Leyden.

ECONOMICAL AND SOCIAL LIFE IN ITALY IN HIGH MIDDLE AGES AND THE CONSTITUTION OF THE REPRESENTATIVE GENRE OF THE MONTHS CYCLES BETWEEN LONGBARD AND FRANC KINGDOM

ABSTRACT: Through a historical reconstruction of High Middle Ages, this article looks for understanding forms and functions of the production of season representations, in their literary expressions as well as in their iconographic metamorphosis. This study is centered upon the Longobard and Byzantine territories in Italy, through religious inventories. In a second moment, the article revises the phenomenon in other European territories. There is a narrow relationship between the progression of an economy based on forest products to a development of cultivated areas as the main principle to explain the configuration of elements that constitute the calendary representations.

KEY WORDS: Calendars, High Medieval Economy, Medieval Iconography.

NOTAS

1. Para entender melhor a paisagem e o espaço inculto na Alta Idade Média, cf. Andreolli e Montanari (1988).
2. Sobre as atividades dos nobres em suas relações com o ambiente natural cf. Fumagalli (1978).
3. Sobre a concepção do tempo na Idade Média a bibliografia é bastante ampla. Entre os "clássicos" sugerimos a leitura de Bloch (1979), Le Goff (1977) e Camporesi (1977).

REFERÊNCIAS

A) Documentação primária impressa

CIPOLLA. *Codice diplomatico del monastero di San Colombano do Bobbio*. I. Roma, 1918.

DUMMLER. *Poetae Latini aevi carolini*. MGH, *Poetae Latini medii Aevi*. II. Berlim, 1884.

FAINELLI. *Codice diplomatico veronese*. I. Venezia, 1940.

MIGNE. *Patrologiae latinae – cursus completus*.

TIRABOSCHI. *Storia della augusta Badia di Nonantola*. II. Modena, 1824-1825.

CASTAGNETTI, A.; VASINA, A. et al. Inventari alto medievali di terre, coloni e redditi. In: _____. *Fonti per la storia d' Italia*, 1979.

B) Obras de apoio

- ANDREOLLI, Bruno; MONTANARI, Massimo (Orgs.). *Il bosco nel Medioevo*. Bologna: Clueb, 1988.
- ANDREOLLI, Bruno. Proprietá signorili e lavoro contadino. Le basi dell' insediamento medievale. In: _____. *Insempiamenti rurali in Emilia-Romagna e Marche*. Ancona: Silvana Editoriale, 1989.
- ALFÖLDI, Geza. *Storia sociale dell' antica Roma*. Bologna: Il Mulino, 1987.
- BARBERIS, Corrado. *Le campagne italiane da Roma antica al settecento*. Roma-Bari: Laterza, 1997.
- BARUZZI, Marina. I reperti in ferro dello scavo di Villa Clelia: note sull'attrezzatura agricola nell' alto Medioevo. *Studi Romagnoli*, v. XXIX, 1978.
- BLOCH, Marc. *La societá feudale*. Torino: Einaudi, 1979.
- CAMPORESI, Piero. La ruota del tempo. In: _____. *Strutture rurale e vita contadina: cultura popolare dell' Emilia Romagna*. Milano: Bompiani, 1977.
- COMBA, Rinaldo (Org.). *Paesaggi urbani dell' Italia padana nei secoli VIII-XIV*. Bologna: Cappelli, 1988.
- DHONDT, Jan. *L' Alto Medioevo*. Milano: Feltrinelli, 1990.
- FERRONI, Giuseppe. *Storia della letteratura italiana*. v. I. Torino: Einaudi, 1991.
- FLANDRIN, Jean-Luis; MONTANARI, Massimo (Orgs.). *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- FOSSIER, Robert. *Il lavoro nel Medioevo*. Torino: Einaudi, 2002.
- FUMAGALLI, Vito. *Terra e scietá nell' Italia padana. I secoli IX e X*. Torino: PBE, 1976.
- _____. Atteggiamenti mentali e stili di vita. *La Storia*. v. I. Torino: Einaudi, 1978.
- _____. *La pietra viva: cittá e natura nel Medioevo*. Bologna: Il Mulino, 1988.
- _____. *L' uomo e l'ambiente nel Medioevo*. Roma-Bari: Laterza, 1992.
- GRAND, René. *L' agriculture au Moyen Age*. Paris: Hachette, 1950.
- GUARRACINO, Scipione. *Storia dell' età Medievale*. Milano: Mondadori, 1984.
- LA ROCCA, C. Dark ages a Verona: edilizia privata, aree aperte e strutture pubbliche in una cittá dell'Italia settentrionali. In: COMBA, Rinaldo (Org.). *Paesaggi urbani dell'Italia padana nei secoli VIII-XIV*. Bologna: Cappelli, 1988. p. 71-122.
- LE GOFF, Jacques. *Tempo della Chiesa, tempo del mercante*. Torino: Einaudi, 1977.
- LEICHT, Pier Salvatore. *Operai, artigiani: agricoltori in Italia dal secolo VI al XVI*. Milano: Bompiani, 1959.
- MONTANARI, Massimo (Org.). *Contadini e cittá fra Langobardia e Romania*. Firenze: Sansoni, 1988.

ORTALLI, Gherardo. *Lupi, genti, culture: uomo e ambiente nel Medioevo*. Torino: Einaudi, 1997.

RINALDI, R. L'incolto in città: note sulle vicende del paesaggio urbano tra alto Medioevo ed età comunale. In: MONTANARI, Massimo (Org.). *Contadini e città fra Langobardia e Romania*. Firenze: Sansoni, 1988. p. 251-262.

RÖSENER, Werner. *I contadini nel Medioevo*. Roma-Bari: Laterza, 1989.

VILLANI, C. Il busco del re: consuetudini di caccia negli. *Anallis Regni Francorum*. In: MONTANARI, Massimo (Org.). *Contadini e città fra Langobardia e Romania*. Firenze: Sansoni, 1988. p. 73-82.